

Para fortalecer o Conpresb

DARSE JÚNIOR

DA EQUIPE DO CORREIO

Um ano depois do Conselho de Gestão da Área de Preservação de Brasília (Conpresb) sofrer a ameaça de extinção, os integrantes do órgão estudam alternativas para fortalecer o grupo e garantir a defesa do tombamento da capital federal. A intenção é encontrar meios para garantir o cumprimento das decisões tomadas pelo órgão. Entre as propostas estão a criação de um núcleo de articulação e de uma delegacia para cuidar do patrimônio e melhorar a fiscalização.

A idéia de reformular o Regimento Interno partiu do pioneiro Ernesto Silva. Integrante da comissão que escolheu o local onde Brasília seria erguida em meados da década de 50, o médico percebeu que as decisões do Conpresb muitas vezes não tinham efeito prático. "Precisamos fazer algumas mudanças. Do contrário, vamos acabar como os outros conselhos que foram criados para preservar a cidade e nada conseguiram", comenta o pioneiro.

Ernesto Silva participou da Comissão de Alto Nível para Estudos de Brasília, em 1992, do Conselho Técnico de Preservação de Brasília em 1999 e hoje integra o Conpresb. "Em nenhum desses grupos conseguimos proteger a cidade dos especuladores", lamenta. Para ele, o Conpresb deveria ser coordenado por um integrante eleito pelos próprios conselheiros, não por pessoas do governo, como ocorre atualmente. "O Conpresb é um órgão comunitário, deve ser independente, sem vínculo partidário ou com qualquer outro interesse", argumenta. Silva acha que o grupo tem trabalhado em vão, porque as decisões não são respeitadas.

Fiscalização

A presidente do Conpresb e secretária de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal, Diana Meirelles da Motta, admite que o conselho precisa

Kleber Lima/CB/17.08.004



CONSELHO TEM COMO FUNÇÃO APRESENTAR MEDIDAS PARA CONTER ABUSOS, COMO A POLUIÇÃO VISUAL DOS OUTDOORS

sofrer algumas alterações. Mas ela é cautelosa ao analisar o trabalho desenvolvido pelo grupo desde que foi criado, em janeiro de 2003. "Os ajustes são necessários para melhorar a gestão patrimonial, mas não se pode dizer que nada fizemos", pondera. Ela será a responsável por receber e organizar as propostas de alterações, que serão discutidas na reunião marcada para o dia 14.

As principais sugestões dizem respeito à estruturação do conselho para ficar mais afinado com os órgãos de fiscalização. "A articulação é muito importante para fazer valer e dar seguimento aos assuntos que são tratados no conselho", explica o presidente do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do DF, Alberto Faria. A idéia é criar um subgrupo responsável por envolver e estreitar a atuação de todos os responsáveis pela preservação da cidade. Quatorze órgãos interferem diretamente na preservação de Brasília.

O núcleo de articulação também tem atribuição de divulgar

as decisões do Conpresb, monitorar os órgãos de fiscalização, propor ao governo leis que garantam o respeito ao tombamento e buscar na Justiça instrumentos para combater as agressões ao projeto original de Lucio Costa. O subgrupo deve, por exemplo, tentar cassar rapidamente as liminares que garantem aos empreiteiros o direito de desrespeitar o gabarito da cidade. "Foi o caso dos estandes de venda. Determinamos a retirada de um deles da 211 Sul, mas a construtora conseguiu na Justiça permanecer no local. É um problema que temos enfrentando", comenta Diana da Motta.

Delegacia

Outra proposta é fortalecer os mecanismos de fiscalização. "Enfrentamos uma série de dificuldades para coibir as irregularidades, as pessoas desrespeitam as normas e faltam instrumentos e a agilidade necessária para evitar os crimes", comenta o secretário de Coordenação das Administrações Regionais

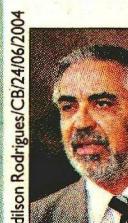
(Sucar), Vatanábio Brandão.

É dele a sugestão de se criar uma delegacia do patrimônio, especializada nas infrações contra o ordenamento urbanístico. "A medida iria tornar a fiscalização mais efetiva", acredita Brandão. Ele cita o exemplo da Vila Planalto, onde as casas só podiam ter um pavimento e, hoje, têm até quatro. "Nós embargávamos as obras, os proprietários desobedeciam e ficava por isso mesmo, porque as delegacias de polícia estão sobre-carregadas", comenta.

O Conpresb foi criado para regulamentar as leis que tratam da ordenamento da área tombada. É atribuição do conselho também deliberar sobre a gestão da área preservada para apontar irregularidades em obras ou projetos. Todos os temas que afetam a cidade devem ser submetidos à análise do conselho. As decisões do grupo, no entanto, não têm poder de lei, servem apenas de auxílio. Eles recomendam, aconselham ou indicam, mas as medidas práticas devem ser adotadas pelos órgãos do governo.

PALAVRA DE ESPECIALISTAS //

O CONPRESB DEVE PASSAR POR RESTRUTURAÇÃO?



Edison Rodrigues/CB/24/06/2004

CLÁUDIO QUEIROZ,

ex-superintendente regional do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan)

"É importante que o Conpresb funcione, mas deve passar por uma reformulação para não servir ao interesse dos especuladores. O número de conselheiros deveria ser reduzido, para evitar que os membros funcionem como massa de manobra."



Aduito Cruz/CB/14/10/2004

PAULO JOSÉ LEITE,

promotor de justiça da Promotoria de Defesa da Ordem Urbanística do Ministério Público do Distrito Federal

"O Conpresb é importantíssimo para a cidade, ele representa a participação de diferentes setores da população na gestão da cidade.

Funciona com o compromisso com a qualidade de vida em Brasília e seu funcionamento está previsto no Estatuto das Cidades, uma vez que o texto defende a gestão democrática. Não há necessidade de restruturação, mas sim de obediência ao que está previsto no estatuto."

PAULO SARKIS,

empresário e vice-presidente do Sindicato da Indústria da Construção Civil

"O Conpresb é muito importante para Brasília, mas deve ter o foco do trabalho voltado para a preservação da cidade. Não pode ser desvirtuado. Todas as alterações que visam fortalecer a preservação e garantir a autonomia do grupo são boas."



Carlos Moura/CB/30/03/2000

TÂNIA BATTELA,

arquiteta e urbanista, integrante do Conselho Superior do Instituto dos Arquitetos do Brasil no DF

"Antes de qualquer restruturação, é preciso que as deliberações sejam cumpridas. O conselho é deliberativo. Obedecer as decisões do grupo é uma questão de vontade política. Um item a ser incluído na restruturação é a retomada da participação popular por meio dos conselhos comunitários."